

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	8
DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	14

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	45
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	48
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	50
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	51

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.340.020.750
Preferenciais	908.928.142
Total	3.248.948.892
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	11.954.218	10.622.500
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.936.513	2.913.935
1.01.01	Caixa	454	875
1.01.02	Aplicações de Liquidez	10.936.059	2.913.060
1.01.02.01	Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	2.041.821	201.092
1.01.02.02	Relações interfinanceiras	136.713	367.667
1.01.02.03	Operações de crédito	8.658.032	2.266.559
1.01.02.04	Outros créditos	99.493	77.742
1.02	Ativos Financeiros	246.559	6.952.769
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	246.559	1.571.492
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	246.559	1.571.492
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	0	5.381.277
1.02.04.04	Operações de Crédito	0	5.381.277
1.03	Tributos	281.606	334.894
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	214.875	132.420
1.03.02.01	Créditos tributários diferidos	214.875	132.420
1.03.03	Outros	66.731	202.474
1.05	Investimentos	431.693	381.667
1.05.02	Participações em Controladas em Conjunto	431.644	381.618
1.05.05	Outros Investimentos	49	49
1.06	Imobilizado	41.812	25.734
1.06.01	Imobilizado de Uso	69.507	51.509
1.06.01.01	Outras imobilizações de uso	63.221	45.223
1.06.01.02	Imóveis de uso	6.286	6.286
1.06.03	Depreciação Acumulada	-27.695	-25.775
1.07	Intangível	16.035	13.501
1.07.01	Intangíveis	21.543	16.840
1.07.03	Amortização Acumulada	-5.508	-3.339

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	11.954.218	10.622.500
2.01	Passivos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	10.643.248	5.510.291
2.01.01	Depósitos	4.318.418	3.286.854
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	154.830	153.493
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	5.980.003	1.912.019
2.01.04	Relações Interfinanceiras	232	232
2.01.09	Outras Obrigações	189.765	157.693
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	0	3.746.635
2.02.01	Depósitos	0	430.717
2.02.01.02	Depósitos a prazo	0	430.717
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	0	3.315.918
2.02.03.01	Obrigações por emissão de títulos	0	3.315.918
2.05	Outros Passivos	0	4.804
2.05.01	Outras obrigações	0	4.804
2.07	Patrimônio Líquido	1.310.970	1.360.770
2.07.01	Capital Social Realizado	783.064	783.064
2.07.04	Reservas de Lucros	561.982	536.091
2.07.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	561.982	554.513
2.07.04.09	Ações em Tesouraria	0	-18.422
2.07.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-5.880	0
2.07.05.01	Ajuste inicial na adoção da Resolução nº 4.966/2021	-5.880	0
2.07.08	Outros Resultados Abrangentes	-28.196	41.615

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	505.545	981.860	420.639	848.274
3.01.01	Operações de crédito	427.164	837.709	370.015	730.266
3.01.02	Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	78.381	144.151	50.624	118.008
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-406.634	-756.552	-308.258	-623.769
3.02.01	Operações de captação no mercado	-358.028	-657.849	-236.485	-496.294
3.02.02	Resultado com instrumentos financeiros derivativos	16.840	12.044	-23.589	-40.076
3.02.03	Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-65.446	-110.747	-48.184	-87.399
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	98.911	225.308	112.381	224.505
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-58.410	-140.383	-89.495	-179.719
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	994	1.142	122	267
3.04.02.01	Receitas de prestação de serviços	994	1.142	122	267
3.04.03	Despesas com Pessoal	-17.066	-41.721	-21.524	-42.930
3.04.03.01	Despesas de pessoal	-17.066	-41.721	-21.524	-42.930
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-67.248	-148.833	-93.340	-179.859
3.04.04.01	Outras despesas administrativas	-67.248	-148.833	-93.340	-179.859
3.04.05	Despesas Tributárias	-7.866	-16.357	-7.500	-14.923
3.04.05.01	Despesas tributárias	-7.866	-16.357	-7.500	-14.923
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	12.787	27.599	23.112	40.100
3.04.06.01	Outras receitas operacionais	12.787	27.599	23.112	40.100
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-8.823	-13.419	-6.501	-12.802
3.04.07.01	Outras despesas operacionais	-10.026	-14.689	-6.535	-11.470
3.04.07.02	Resultado não operacional	1.203	1.270	34	-1.332
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	28.812	51.206	16.136	30.428
3.04.08.01	Resultado de participação em coligadas e controladas	28.812	51.206	16.156	30.448
3.04.08.02	Participação dos empregados e administradores nos lucros	0	0	-20	-20
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	40.501	84.925	22.886	44.786
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-14.466	-5.033	-10.442	-13.693

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.06.01	Corrente	-15.354	-25.105	-14.968	-20.540
3.06.01.01	Imposto de renda - corrente	-8.345	-13.701	-6.396	-9.455
3.06.01.02	Contribuição social - corrente	-7.009	-11.404	-8.572	-11.085
3.06.02	Diferido	888	20.072	4.526	6.847
3.06.02.01	Imposto de renda e contribuição social diferidos	888	20.072	4.526	6.847
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	26.035	79.892	12.444	31.093
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	26.035	79.892	12.444	31.093
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	26.035	79.892	12.444	31.093
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	801	2.459	377	943

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	26.035	79.892	12.445	31.093
4.01.01	Lucro líquido do período	26.035	79.892	12.445	31.093
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	-41.294	-69.811	33.072	47.744
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-41.294	-69.811	33.072	47.744
4.02.01.01	Hedge de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças de valor justo	-73.730	-124.942	59.529	85.170
4.02.01.02	Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial - participações em ORA	-728	-1.078	331	900
4.02.01.03	Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	33.164	56.209	-26.788	-38.326
4.04	Resultado Abrangente do Período	-15.259	10.081	45.517	78.837

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/06/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	36.441	-961.227
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	152.661	114.608
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	79.892	31.093
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	72.769	83.515
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-116.220	-1.075.835
6.01.02.01	Títulos e valores mobiliários	-515.807	-396.984
6.01.02.02	Relações interfinanceiras (ativos/ passivos)	230.954	-42.342
6.01.02.03	Operações de crédito	-1.120.943	-469.339
6.01.02.04	Outros créditos	32.902	-43.820
6.01.02.05	Outros valores e bens	-8.636	0
6.01.02.06	Depósitos	525.156	-455.545
6.01.02.07	Captações no mercado aberto	1.337	-144.045
6.01.02.08	Recurso de aceites e emissão de títulos	752.066	489.102
6.01.02.10	Outras obrigações	-973	-152
6.01.02.11	Imposto pago	-12.276	-12.710
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-11.873	18.236
6.02.02	Aquisição de imobilizado de uso	-10.770	-3.108
6.02.03	Dividendos recebidos	3.600	25.173
6.02.05	Aquisição de intangível	-4.703	-3.797
6.02.06	Alienação de imobilizado de uso	0	-32
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-25.000	-6.823
6.03.01	Juros sobre o capital próprio	-25.000	0
6.03.03	Ações em tesouraria	0	-6.823
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-432	-949.814
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	201.079	1.350.499
6.05.01.01	Caixa e equivalentes de caixa no início do período	201.079	1.350.499
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	200.647	400.685
6.05.02.01	Caixa e equivalentes de caixa no final do período	200.647	400.685

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	783.064	-18.422	554.513	0	0	41.615	1.360.770
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-5.880	0	-5.880
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	783.064	-18.422	554.513	0	-5.880	41.615	1.354.890
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	18.422	-72.422	0	0	0	-54.000
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	18.422	-18.422	0	0	0	0
5.04.04.01	Cancelamento de ações	0	18.422	-18.422	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-54.000	0	0	0	-54.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	79.892	-69.811	10.081
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	79.892	0	79.892
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	-69.811	-69.811
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	79.892	0	-79.892	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	79.892	0	-79.892	0	0
5.07	Saldos Finais	783.064	0	561.983	0	-5.880	-28.196	1.310.971

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	783.064	0	513.917	0	0	-96.786	1.200.195
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	783.064	0	513.917	0	0	-96.786	1.200.195
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-6.823	0	0	0	0	-6.823
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-6.823	0	0	0	0	-6.823
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	31.093	47.744	78.837
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	31.093	0	31.093
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	47.744	47.744
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	47.744	47.744
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	31.093	0	-31.093	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	31.093	0	-31.093	0	0
5.06.01.01	Reserva legal	0	0	1.555	0	-1.555	0	0
5.06.01.02	Reserva para integridade do Patrimônio líquido	0	0	29.538	0	-29.538	0	0
5.07	Saldos Finais	783.064	-6.823	545.010	0	0	-49.042	1.272.209

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
7.01	Receitas	901.123	801.543
7.01.01	Intermediação Financeira	981.860	848.274
7.01.02	Prestação de Serviços	1.142	267
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-110.747	-87.399
7.01.04	Outras	28.868	40.401
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-645.805	-536.370
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-156.377	-186.502
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-3.549	-4.370
7.03.02	Serviços de Terceiros	-137.963	-168.574
7.03.04	Outros	-14.865	-13.558
7.04	Valor Adicionado Bruto	98.941	78.671
7.05	Retenções	-5.667	-4.699
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.667	-4.699
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	93.274	73.972
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	51.206	30.448
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	51.206	30.448
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	144.480	104.420
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	144.480	104.420
7.09.01	Pessoal	41.722	42.950
7.09.01.01	Remuneração Direta	25.057	27.451
7.09.01.02	Benefícios	6.187	6.794
7.09.01.03	F.G.T.S.	3.623	1.970
7.09.01.04	Outros	6.855	6.735
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	21.389	28.616
7.09.02.01	Federais	21.375	28.603
7.09.02.03	Municipais	14	13
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	1.477	1.761
7.09.03.01	Aluguéis	1.477	1.761
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	79.892	31.093
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	54.000	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	25.892	31.093

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Curitiba, 14 de agosto de 2025 – Em conformidade com as disposições legais, o Paraná Banco S.A. divulga os resultados referentes ao período findo em 30 de junho de 2025, acompanhado do relatório dos auditores independentes.

DESTAQUES ECONÔMICOS-FINANCEIROS

Rentabilidade

Em 30 de junho de 2025 o lucro líquido do Paraná Banco foi de R\$ 79,9 milhões, um aumento de 156,9% em relação a 30 de junho de 2024. O ROAE, retorno sobre o patrimônio líquido, finalizou o período em 12,3%. A margem financeira líquida, NIM, foi de 6,6% no período. Esse resultado tem refletido o esforço e foco do Paraná Banco nas medidas de eficiência implementadas ao longo dos últimos períodos, além da mudança do mix de carteira buscando produtos e segmentos de clientes mais rentáveis.

Carteira de Crédito

A carteira de crédito do Paraná Banco encerrou 30 de junho de 2025 com saldo de R\$ 8.819,4 milhões, um aumento de 20,2% em comparação com 30 de junho de 2024. O aumento se deve ao desempenho da carteira de antecipação do saque-aniversário do FGTS, que cresceu 296,6% no mesmo período. O Paraná Banco avança em seu objetivo de diversificação e expansão da carteira de crédito de forma orgânica e inorgânica.

Qualidade da Carteira de Crédito

O Paraná Banco apresenta uma excelente qualidade dos ativos, com uma carteira de crédito 100% colateralizada em crédito consignado público e FGTS. O índice de inadimplência acima de 90 dias finalizou o período em apenas 1,3%, um dos menores indicadores do mercado, e com um índice de cobertura de 146,1%.

Clientes

A base de clientes da Banco segue crescendo e alcançou 2,3 milhões de clientes com operações ativas, um avanço de 198,9% em relação a 30 de junho de 2024. O crescimento contínuo da base de clientes foi fundamental para fortalecer a estratégia de *cross-selling*, com o objetivo de ampliar a rentabilidade por meio da oferta de produtos complementares ao nosso portfólio atual.

Funding

A carteira de captação do Paraná Banco encerrou 30 de junho de 2025 em R\$ 10.298,4 milhões, um crescimento de 20,2% em relação a 30 de junho de 2024.

O Paraná Banco adota uma estratégia organizada e diferenciada para cada segmento de atuação, contando com um *funding* diversificado de seis categorias de investidores: investidores institucionais, instituições financeiras, fundações, distribuidores, pessoas jurídicas e pessoas físicas. Essa abordagem nos confere estabilidade e eficiência em custos de captação, adaptando-se às variações do mercado.

Para complementar a atuação no segmento de pessoas físicas e jurídicas, o Banco possui uma plataforma aberta de investimentos, que oferece um portfólio completo de produtos de renda fixa própria e de terceiros, bem como uma ampla gama de fundos de investimento geridos por diversos e renomados gestores do mercado.

Índice de Basileia

Temos como referência o índice Basileia de 10,5%, como sendo o capital mínimo exigido dos Bancos, de acordo com as normas regulatórias do Banco Central do Brasil. O índice de Basileia se baseia na ponderação dos ativos pelo risco das operações da instituição e visa assegurar condições adequadas de solvência do sistema financeiro, mesmo em momentos de instabilidade e adversos da economia.

Comentário do Desempenho

Paraná Banco S.A
Demonstrações Financeiras
em 30 de junho de 2025

O Paraná Banco encerrou 30 de junho de 2025 com um índice de Basileia de 14,9%, mantendo seu histórico de Banco com elevada capitalização e garantindo a solidez necessária para nossas operações.

Essa gestão conservadora sobre o capital, propicia a possibilidade de em momentos econômicos ou de mercado favoráveis, empreender um elevado e sustentável crescimento das carteiras de crédito.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

O Paraná Banco atua nos segmentos de seguro garantia e resseguros no Brasil, em parceria com a Travelers, por meio de suas controladas Junto Seguros e da Junto Resseguros. Essas empresas oferecem soluções em garantias contratuais, garantias judiciais, seguro garantia, entre outros produtos e serviços relacionados. Com essa atuação, o Paraná Banco busca diversificar suas fontes de receita e ampliar sua oferta de produtos e serviços aos clientes pessoas jurídicas.

Além disso, o Banco possui operações no segmento de fornecimento de produtos de seguridade, através da Paraná Seguros, uma corretora de seguros em parceria com a Wiz Co. Atualmente a empresa oferta produtos de seguridade para a base de clientes do Banco.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Paraná Banco se destaca por sua sólida governança, baseada em padrões elevados de transparência e responsabilidade. Esta estrutura robusta é sustentada por iniciativas proativas de divulgação de resultados financeiros e operacionais, que proporcionam uma visão abrangente do desempenho do Banco, consolidando a confiança e a credibilidade com seus *stakeholders*. Todos os relatórios e iniciativas estão disponíveis no site ri.paranabanco.com.br.

Além disso, o departamento de Compliance realiza uma monitorização constante para garantir que os colaboradores e parceiros estejam sempre atualizados e em conformidade com as Políticas e Normas Internas. Para reforçar ainda mais nosso compromisso com a ética, o Código de Ética e Conduta, estabelecido desde 2008 e com a última atualização realizada em 2024, orienta as ações dos colaboradores e prestadores de serviços.

Os procedimentos de Conheça seu Cliente, Parceiro e Colaborador asseguram a conformidade com os normativos do Banco Central do Brasil, enquanto os protocolos de segurança da informação demonstram um compromisso contínuo com a integridade dos dados e ataques cibernéticos.

A Companhia fornece periodicamente treinamentos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro à 100% dos colaboradores. Já quanto à segurança cibernética, são implementadas soluções digitais desenvolvidas sob a ótica do *Privacy by Design*, além de treinamentos anuais obrigatórios sobre *Phishing* e Lei Geral de Proteção de Dados para colaboradores e correspondentes bancários.

RATINGS

O Paraná Banco possui classificação de *rating* atribuídos pelas principais agências de classificação de risco: Standard & Poor's, Fitch Ratings e RiskBank. A S&P atribui ao Banco a nota brAA+ na escala nacional e BB- na escala global e perspectiva estável, a Fitch a nota AA-(bra) e a RiskBank o *rating* 10,45 (baixo risco para médio prazo), sendo estas revistas e atualizadas anualmente pelas agências. Como pontos de destaque relatados pelas empresas de *rating*, citamos a boa condição de liquidez, com elevada capitalização, histórico de resultados e qualidade dos ativos.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, o Banco e as empresas controladas contrataram serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes que não os serviços de auditoria externa e/ou de revisão fiscal no período findo em 30 de junho de 2025 e as informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são disponibilizadas anualmente em nosso Formulário de Referência.

Comentário do Desempenho

Paraná Banco S.A
Demonstrações Financeiras
em 30 de junho de 2025

A norma adotada, incluindo as empresas controladas, requer antes da contratação de serviços não relacionados a auditoria externa dos nossos auditores independentes, a avaliação interna quanto a sua independência, para verificar a não ocorrência de conflitos de interesses, e prévia aprovação interna do Comitê de Auditoria.

DECLARAÇÕES DOS DIRETORES

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores do Paraná Banco S.A., sociedade por ações de capital aberto, inscrita no CNPJ 14.388.334/0001-99, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que: (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes, relativamente as informações do Paraná Banco S.A., referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025, e (ii) Reviram, discutiram e concordam com as informações do Paraná Banco S.A., referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

ATUAÇÃO DA EQUIPE DE RI

O Paraná Banco possui uma área de Relações com Investidores que busca manter uma postura proativa, constantemente em contato com analistas e investidores, que tem como objetivo melhor atender as demandas do mercado e fortalecer a imagem e presença do Banco.

A área de RI reforça o objetivo de criação de valor aos seus acionistas e investidores, com transparência nas divulgações de resultado e em constante comunicação com o mercado.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, investidores e parceiros de negócios pela confiança demonstrada ao longo do tempo, e aos Diretores, Conselheiros e colaboradores pelos esforços, competência, lealdade e dedicação frente aos desafios enfrentados.

Notas Explicativas



Notas Explicativas Bacen (BRGAAP)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Paraná Banco S.A. (“Banco”) é uma sociedade anônima aberta sem ações listadas em bolsa de valores de direito privado constituída e com sede no Brasil, na Rua Comendador Araújo, 614, Centro, Curitiba, Paraná. Com mais de 45 anos no mercado, oferece os produtos: crédito consignado, antecipação do saque-aniversário do FGTS, cartão benefício, produtos de seguridade, investimentos, seguros e resseguros.

Reconhecido como um dos pioneiros na modalidade de crédito com desconto em folha do país desde a sua criação, o Paraná Banco criou um sólido negócio de crédito consignado para os aposentados e pensionistas do INSS e funcionários do setor público, pautado em um modelo de distribuição diferenciado, forte relacionamento com os principais convênios e focado em eficiência operacional. Tudo isso contribuiu para o crescimento sustentável e rentável de uma carteira de crédito de excelente qualidade e regularidade dos resultados financeiros.

Conta com uma rede de atendimento composta por loja física, correspondentes exclusivos, correspondentes multimarcas e uma completa solução digital, que contempla o aplicativo e a solução web. Os estabelecimentos físicos atuam como suporte ao atendimento digital, utilizando sua expertise e capilaridade no país para gerar novos negócios.

Ao longo dos últimos anos, o Paraná Banco ampliou seu portfólio de produtos, com a criação do PB FGTS e o Cartão Benefício INSS, buscando otimizar o custo de aquisição de clientes e aumentar a monetização sobre a carteira já existente. Ainda criou a Paraná Seguros, uma corretora de seguros voltada exclusivamente para a sua base de clientes, atuando com a venda de produtos de seguridade. Tais lançamentos consolidam mais um passo no objetivo de fidelização de seus clientes e de aumentar o *cross-selling* de seus produtos.

Por meio de suas controladas em conjunto com a Travelers Brasil Acquisition LLC (“Travelers”) atua também nas operações de seguros e resseguros em ramos elementares e de danos, operando principalmente nos ramos de garantias de obrigações contratuais e judiciais, nos quais é especializado.

2 Base da apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras (“demonstrações financeiras”) do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009, para a contabilização das operações, as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

a. Adoção de novas normas

A Resolução CMN nº 4.966/2021, e alterações posteriores, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2025, substituindo a Resolução nº 2.682/1999, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas pelo Banco Central do

Notas Explicativas

Paraná Banco S.A
Demonstrações Financeiras
em 30 de junho de 2025

Brasil. O objetivo é reduzir as disparidades entre as normas contábeis do COSIF e os padrões internacionais de Contabilidade.

Adicional a Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central emitiu normas complementares ao tema. A Resolução BCB nº 352/2023, estabeleceu procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros (teste de SPPJ – Somente Pagamento de Principal e Juros), aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros em notas explicativas.

Concomitante a mudança trazida pela Resolução supracitada, também ocorreu a reformulação do Plano de Contas Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil reestruturou o elenco de contas do COSIF (Instruções Normativas BCB nº 493 a 500 de 26/07/2024).

- Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023: As resoluções mencionadas abordam a introdução de mudanças significativas nas normas contábeis relacionadas a instrumentos financeiros, com impactos nesta demonstração financeira. Dentro destas mudanças destacam-se
 - Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio do Banco e em suas características contratuais de fluxos de caixa (também denominado teste de “SPPJ”);
 - As receitas e os encargos atreladas diretamente a originação/emissão de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas;
 - Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros (“stop accrual”), que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”;
 - A adoção do modelo de perda esperada simplificada para o reconhecimento das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, utilizando-se os critérios definidos na Resolução BCB nº 352/2023. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência;
 - Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas;
 - Mudança no critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados a partir do momento em que o Banco não tem mais expectativa de recuperação.
- Instruções Normativas BCB nº 537 a 543 de 2024: Os eventos dos roteiros contábeis do Banco foram adaptados de forma a registrar os ativos e passivos financeiros de acordo com as novas contas contábeis divulgadas por tais instruções.

Em conformidade com as normas internacionais de contabilidade, o Paraná Banco acompanha continuamente as atualizações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), avaliando seus impactos sobre as demonstrações financeiras.

Emendas ao IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: As emendas introduzem alterações nos requisitos de aplicação da IFRS 9, incluindo contratos para compra e recebimento de eletricidade, que agora podem ser utilizados em contabilidade de hedge. Também foram incluídos novos requisitos de divulgação na IFRS 7 relacionados a esses contratos. Adicionalmente, as emendas esclarecem que um passivo financeiro é desreconhecido na “data de liquidação” e permitem a adoção de política contábil para desreconhecimento de passivos financeiros liquidados por meio de sistemas de pagamento eletrônico antes da data de liquidação. Outros esclarecimentos abrangem a classificação de ativos financeiros com características vinculadas a fatores ambientais, sociais e de governança (ESG), por meio de orientação adicional sobre avaliação de características contingentes. Foram também introduzidas exigências de divulgação para instrumentos

Notas Explicativas

Paraná Banco S.A
Demonstrações Financeiras
em 30 de junho de 2025

financeiros com características contingentes e instrumentos de patrimônio classificados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Essas emendas são aplicáveis para os períodos de reporte iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. O Paraná Banco está atualmente avaliando os potenciais impactos decorrentes da adoção dessas alterações.

b. Adoção inicial

O Banco adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo provisão para perda esperada associada ao risco de crédito). Isto implicou não apresentar os números comparativos do ano anterior.

Os efeitos iniciais dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A reconciliação do patrimônio líquido do Banco demonstra os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está apresentado na nota explicativa 14.

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Em 14 de agosto de 2025 as demonstrações financeiras foram concluídas pela Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria do Banco foi autorizada a divulgá-las a partir dessa data.

3 Principais políticas contábeis

a. Moeda Funcional da apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Empreendimentos em conjunto (*joint ventures*)

Uma *joint venture* é um negócio em conjunto por meio do qual as partes que detêm o controle conjunto têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. O Banco possui controle conjunto quando compartilha o controle de um negócio contratualmente convencionado, o qual existe somente quando as decisões sobre as atividades relevantes exigem consentimento unânime das partes que partilham o controle. O Banco reconhece sua participação em empreendimento controlado em conjunto, utilizando o método de equivalência patrimonial.

Abaixo, destacamos as entidades controladas em conjunto:



Paraná Banco S.A
Demonstrações Financeiras
em 30 de junho de 2025

30/06/2025			
Empresas	Atividade	Método de reconhecimento	Participação total - %
Entidades seguradoras no País			
Junto Holding Brasil S.A. ^(a)	Seguros	Equivalência Patrimonial	50,50
Junto Holding LATAM S.A. ^(b)	Seguros	Equivalência Patrimonial	50,50
Paraná Corretagem de Seguros S.A. ^(c)	Seguros	Equivalência Patrimonial	60,00

- (a) A Junto Holding Brasil S.A., firmou um Acordo de Acionistas que rege a relação entre seus acionistas e o Paraná Banco S.A. que possui 50,5% de suas ações, todas ordinárias e sem valor nominal. A Companhia passou a ser uma controlada em conjunto pelo Banco e pela Travelers Brazil a partir de 17 de junho de 2011.
- (b) Junto Holding Latam S.A., firmou um Acordo de Acionistas que rege a relação entre seus acionistas e o Paraná Banco S.A. que possui 50,5% de suas ações, todas ordinárias e sem valor nominal.
- (c) Paraná Corretagem de Seguros S.A., firmou um Acordo de Acionistas que rege a relação entre seus acionistas e o Paraná Banco S.A. que possui 60% de suas ações, todas ordinárias e sem valor nominal. A Paraná Corretagem de Seguros S.A. é uma controlada em conjunto pelo Banco e pela Wiz Co desde 8 de novembro de 2022.

Esses investimentos estão detalhados na nota explicativa 9.

c. Apuração do resultado

As receitas e as despesas foram reconhecidas pelo regime de competência, a não ser quando indicado de outra forma por normativos emitido pelo Bacen devido o reconhecimento por caixa ocorrer nos ativos problemáticos.

d. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, imposto diferido ativo, provisão para contingências e a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

e. Caixas e equivalentes a caixa

O valor apresentado como caixas e equivalentes a caixa corresponde a ativos de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e prazo de vencimento de no máximo 90 dias, contados da data de aquisição. São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Dessa forma, o valor contábil se aproxima de seu valor justo.

f. Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial

i. Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, com exceção de operação de crédito e de depósitos de clientes, é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes são reconhecidas quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao Banco.

ii. Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais e do modelo de negócios utilizado pelo Banco no gerenciamento de seus instrumentos.

Instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao seu valor justo e, exceto nos casos de ativos ou passivos financeiros registrados ao valor justo através do resultado, os custos atribuíveis à transação são adicionados, ou subtraídos, desse valor.

iii. Avaliação do modelo de negócio

O Banco classifica seus ativos financeiros com base no modelo de negócios utilizado no gerenciamento desses ativos e nos seus termos contratuais, fazendo com que eles sejam mensurados:

- **Custo Amortizado:** O ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- **Valor Justo no Resultado:** Utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

iv. Teste de SPPJ (“Somente Pagamento de Principal e Juros”)

As classificações de ativos financeiros dependem de:

- Os modelos de negócios para a gestão de ativos financeiros; e
- As características de seus fluxos de caixa (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

Modelos de Negócios: Os Modelos de Negócios do Banco representam a forma como os ativos financeiros são geridos, considerando: i) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio; ii) como os gestores do negócio são remunerados; iii) e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Teste SPPJ: Para que ocorra a classificação contábil, é necessário aplicar o Teste SPPJ, para avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

v. Hierarquia do valor justo

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de valor justo descrita a seguir:

Nível 1: Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas, futuros e cotas de fundos de investimentos com liquidez imediata.

Nível 2: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos sem liquidez imediata.

Nível 3: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

O Banco não reclassificou seus instrumentos financeiros no período.

vi. Operações de créditos cedidas

A Instituição realizou operações de aquisição de carteira de crédito nas quais não há retenção substancial de riscos e benefícios por parte do cedente. Nessas operações, os ativos financeiros adquiridos são reconhecidos integralmente como novas operações de crédito no ativo da Instituição, conforme os critérios estabelecidos pelas normas contábeis aplicáveis.

vii. Baixa de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

viii. Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

O ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático”, quando ocorrer um atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos; ou se houver algum indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

As operações reestruturadas tratam-se de uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

O Banco considera que o ativo financeiro deixará de ser problemático, se:

- Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- Cumprimento das demais obrigações contratuais por no mínimo 90 (noventa) dias para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações; e
- Evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou modificadas, no caso de renegociação, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

Notas Explicativas

Paraná Banco S.A
Demonstrações Financeiras
em 30 de junho de 2025

O ativo é lançado a prejuízo quando um instrumento financeiro não possui expectativa razoável de recuperação, resultando assim na baixa dessa operação da carteira ativa e o lançamento de uma perda no balanço patrimonial.

Para tanto são analisadas as características das carteiras e realizados estudos qualitativos e quantitativos para determinar os períodos e condições para baixa a prejuízo.

Uma vez que a operação atenda aos critérios expostos, a área da contabilidade procede o registro contábil da baixa a prejuízo, de acordo com as normas contábeis vigentes.

O Paraná Banco definiu de acordo com as deliberações acerca da Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023 que:

- As operações serão transferidas para prejuízo no mês subsequente ao que atinjam 100% da provisão estabelecida no anexo I da Resolução BCB nº 352/2023;
- Nos casos de óbito, a baixa para prejuízo será realizada no momento da notificação do óbito;
- Na adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023, houve a alteração nas apurações das perdas incorridas associadas ao risco de crédito, provisão adicional e perdas esperadas associadas ao risco de crédito, seguindo a metodologia simplificada a partir de 01/01/2025, a apuração passou a seguir faixas de percentuais de provisão pré-estabelecidos na Resolução BCB nº 352/2023 de acordo com a classificação de carteira dos instrumentos financeiros, seguindo as carteiras de C1 até C5 e os Anexos I e II da Resolução, anteriormente na Resolução CMN nº 2.682/1999 a provisão era realizada de acordo com a classificação de rating das operações, podendo ser classificadas como rating AA até rating H, outra alteração na Resolução CMN nº 4.966/2021 é a classificação do instrumento financeiro como ativo com problemas de recuperação de crédito (ativo problemático), sendo considerado ativo problemático todo instrumento com atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou de encargos e instrumentos que tenham indicativos de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Até 31/12/2024 era utilizado o conceito de perda esperada de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Sendo esse o principal impacto para o Banco na adoção das normas.

Até 31/12/2024 a apropriação de receita de juros relacionada a operações de crédito cessava quando as operações com atraso igual ou superior a 60 dias, enquanto, a partir de 01/01/2025, deverá cessar após atingir 90 dias de atraso ou ser marcado como ativo com problemas de recuperação de crédito.

ix. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo, e são classificados, na data de sua aquisição como valor justo no resultado, conforme a Resolução CMN nº 4.966/2021, do BACEN.

Os instrumentos financeiros considerados como componentes de estrutura de proteção de riscos ("hedge") são classificados como previsto na Resolução CMN nº 5.100/2023, sendo o referido produto mencionado abaixo:

Futuros - Contratos de derivativos estão representados por operações de futuros que são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") são classificados como "hedge" de fluxo de caixa no Banco. A parcela efetiva da valorização ou desvalorização dos instrumentos financeiros derivativos é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do objeto do *hedge*. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecido diretamente em conta de resultado.

g. Operações de crédito, depósitos e demais instrumentos financeiros

O Banco realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para as operações de crédito.

O Banco integra o segmento prudencial "S4", dessa forma, para fins de apuração de perdas esperadas adotou a metodologia simplificada.

Os critérios de aplicação de tal metodologia são determinados pela Resolução BCB nº 352/2023, no qual são observadas as carteiras em que os ativos financeiros são enquadrados e os períodos de atraso das operações. Para fins de enquadramento em carteiras, os produtos em que o Banco opera são enquadrados nas carteiras:

Carteira	Produto
C1	Crédito imobiliário
C2	Crédito sem consignação
C3	Capital de Giro
C4	Capital de Giro e Crédito Empresarial
C5	Crédito Consignado

Abaixo estão descritos os principais conceitos utilizados pelo Banco para fins de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito:

- Ativos financeiros não problemáticos:** Refere-se aos ativos não caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito.
O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinados no anexo 2 da Resolução BCB nº 352/2023.
- Ativos financeiros inadimplidos:** Trata-se dos ativos com atraso superior a 90 dias em relação ao pagamento de principal de juros.
O nível de perdas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais de provisionamento determinando no anexo 1 da Resolução BCB nº 352/2023, acrescidos dos percentuais adicionais determinados para operações inadimplidas.
- Ativos financeiros problemáticos não inadimplidos:** Refere-se aos ativos caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito, decorrentes de outros motivos que não seja por atraso superior a 90 dias (operações arrastadas, reestruturações ou outros aspectos qualitativos).
O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinando no artigo 78 da Resolução BCB nº 352/2023.

h. Investimentos em participações

Nas demonstrações financeiras, os investimentos em sociedades controladas em conjunto são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em controladas em conjunto. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável. O saldo contábil dos investimentos em controladas em conjunto tem seus prováveis valores de recuperação e foram submetidos a teste de *impairment*.

i. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: 4% para imóveis de uso; 10% para móveis e equipamentos de uso; sistemas de comunicação e sistema de segurança; e 20% para sistema de processamento de dados.

j. Intangível

O intangível é composto pela aquisição de desenvolvimento de softwares, e amortizado pelo método linear com base em taxas que contemplam a vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros a serem gerados.

Amortização

A vida útil estimada dos itens do ativo intangível é apresentada a seguir:

Software desenvolvido por terceiros

3 anos

k. Outros ativos – despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência. Os custos incorridos relacionados com ativos correspondentes e que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

l. Recursos de aceite e emissão de títulos e obrigações por operações compromissadas

São demonstrados pelos valores de exigibilidade, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

m. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e demais impostos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 e a contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 20% no semestre de 2025. O uso de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, quando aplicável, limita-se a 30% do lucro real e da base de contribuição social correntes.

Os créditos tributários e os passivos diferidos, apresentados nas rubricas “Outros créditos - Diversos” e “Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias”, são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre os livros contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e bases negativas e sobre os ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a

Notas Explicativas

Paraná Banco S.A
Demonstrações Financeiras
em 30 de junho de 2025

realização do ativo e liquidação do passivo.

Os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros conforme previsto na regulamentação vigente (Circular nº 3.959/2019 do Bacen e alterações advindas da Resolução nº 4.818/2020 e nº 4.910/2021 do CMN).

Os impostos são calculados às alíquotas a seguir discriminadas:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda	15%
Adicional de Impostos de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	5%

A partir de 01/01/2025 a Lei nº 14.467/2022, introduziu um novo tratamento tributário para perdas decorrentes do não recebimento de créditos por instituições financeiras e entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil, sendo o ajuste constituído de acordo com as disposições da nova regulamentação quanto os critérios de dedutibilidade.

O Banco optou por efetuar as deduções, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

n. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando o Banco possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As constituições para as contingências cíveis e trabalhistas são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados, apesar da premissa inerente ao prazo e ao valor.

As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões, as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

Obrigações Legais decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

o. Lucro por ação

O Banco efetua os cálculos do lucro por ação, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos na Resolução CVM nº 113/2022.

Notas Explicativas

Paraná Banco S.A
Demonstrações Financeiras
em 30 de junho de 2025

Em 30 de junho de 2025, não existem instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ações básicos no futuro, de modo que o lucro básico por ação é o mesmo que o lucro diluído por ação.

p. Resultado recorrente e não recorrente

As políticas internas do Banco consideram como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social do Banco previsto em seu Estatuto Social.

A Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes.

Observado esse regramento, para o semestre findo em 30 de junho de 2025 o Banco apurou de lucro líquido o montante de R\$ 79.892, em que R\$ 78.696 foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes e R\$ 1.196 em resultados não recorrentes.

4 Caixa e equivalentes a caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez

Referem-se a disponibilidades e operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme segue:

	30/06/2025
Total de disponibilidades	454
Operações compromissadas - Posição bancada	199.993
Letras Financeiras do Tesouro	199.993
Aplicações em depósitos interfinanceiros	200
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez ^(a.1)	200.193
Total de caixa e equivalentes de caixa	200.647

(a.1) Referem-se a aplicações do Banco em títulos e valores mobiliários com prazo de vencimento de até 90 dias, contados a partir da data de sua aquisição.

5 Títulos e valores mobiliários

a. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

I - Composição

Em 30 de junho de 2025, as classificações dos títulos e valores mobiliários são demonstradas como segue:

	30/06/2025	
	Valor de custo	Valor mercado
VJORA		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	786.144	786.182
Notas do Tesouro Nacional – NTN	1.236.874	1.198.934
Outros	102.778	103.071
Total	2.125.796	2.088.187
Circulante	1.127.111	880.908
Não Circulante	998.685	1.207.279

Notas Explicativas

Paraná Banco S.A
Demonstrações Financeiras
em 30 de junho de 2025

II – Segregação por hierarquia de valor justo

	30/06/2025	
	Nível 1	Nível 2
Títulos e valores mobiliários		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	786.182	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	1.198.934	-
Outros	103.071	-
Total	2.088.187	-
Circulante	880.908	-
Não Circulante	1.207.279	-

III – Composição por vencimentos

Em 30 de junho de 2025, os vencimentos dos títulos e valores mobiliários são demonstrados como segue:

30/06/2025

	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor mercado	Valor curva
Carteira própria					
NTN-B ^(a.1)	-	-	952.374	952.374	990.340
LFT ^(a.2)	-	622.923	8.345	631.269	631.258
Outros	-	103.071	-	103.071	102.778
Vinculados a prestação de garantia					
NTN-B ^(a.2)	-	-	246.559	246.559	246.534
Vinculados a compromisso de recompra					
LFT	-	154.914	-	154.914	154.886
Total	-	880.908	1.207.278	2.088.187	2.125.796

(a.1) Formado por títulos públicos indexados à inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que são as NTN-Bs.

(a.2) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido por meio da utilização de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Os títulos e valores mobiliários foram classificados conforme as determinações da Resolução nº 4.966/2021 do Banco Central. O valor justo dos títulos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes é calculado com base nos preços divulgados pela Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais). Os títulos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes são custodiados em conta própria do Banco no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic. Os títulos classificados como custo amortizado são custodiados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão.

Não houve reclassificação dos títulos entre as categorias durante o período.

b. Instrumentos financeiros derivativos

O principal fator de risco dos instrumentos derivativos assumidos, estão relacionados a taxa de juros. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a

Notas Explicativas

Paraná Banco S.A
Demonstrações Financeiras
em 30 de junho de 2025

mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de maior volatilidade.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço é obtido por meio de modelos de valor justo que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

O Banco tem como política a eliminação de parte do risco de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações nas taxas de juros e operando apenas com instrumentos que permitam o controle de riscos.

O Banco possui contratos de futuros utilizados como instrumento de "hedge", em estratégia de "hedge" de fluxo de caixa. Os objetos de "hedge" são letras financeiras e certificados de depósitos bancários inicialmente designados como depósitos de clientes e recursos de emissão de títulos. A estratégia de "hedge" visa proteger contra as oscilações da curva de juros por meio de contratos futuros de DI.

A efetividade verificada na carteira "hedge" encontra-se em conformidade com o estabelecido Resolução CMN nº 5.100 de 24/8/2023.

Instrumento / Operação	30/06/2025
Instrumento de "hedge"	Operações de futuros contratadas na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão
Objeto de "hedge"	Letras financeiras e Certificados de depósitos bancários
Valor do instrumento de "hedge" (notional)	(5.152.398)
Valor do objeto de "hedge" (notional)	4.533.849
Ganho (perda) referente ao instrumento de "hedge"	(8.260)
Ganho (perda) referente ao objeto de "hedge"	9.386
Taxa de efetividade	113,64%

Em 30 de junho de 2025, os contratos de derivativos estão representados por operações de futuros, conforme abaixo:

	Ativo (a)			Passivo (a)		
	Circulante	Longo Prazo	Total 30/06/2025	Circulante	Longo Prazo	Total 30/06/2025
Futuros de DI	210	-	210	10.259	-	10.259
Total	210	-	210	10.259	-	10.259



Paraná Banco S.A
Demonstrações Financeiras
em 30 de junho de 2025

- (a) São apresentados no balanço patrimonial na linha de negociação e intermediação de valores, na rubrica de “outros créditos” e “outras obrigações”. Todos as operações de derivativos registradas estão designadas integralmente para o hedge.

c. Valores estimados de mercado

Os valores de mercado foram estimados com base em preços oficialmente divulgados pela ANBIMA e pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Mudanças nas premissas e nas alterações nas operações do mercado financeiro podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

6 Operações de crédito e outros créditos

a. Composição da carteira por modalidade de crédito – Custo amortizado

	30/06/2025
Crédito pessoal com consignação ^(a.1)	7.460.136
Crédito pessoal sem consignação	1.347.198
Capital de giro	8.022
Crédito imobiliário	4.024
Conta garantida	05
Total	8.819.385
Circulante	2.743.083
Não Circulante	6.076.302

(a.1) Refere-se a operações de crédito consignado em folha de pagamento.

b. Composição da carteira de crédito e outros créditos por nível de risco e por faixas de atraso

						30/06/2025	
	C1	C2	C3	C4	C5	Valor	%
Ativos não problemáticos							
Zero a 14 Dias	2.768	1.490.206	6.283	192	7.053.223	8.552.672	97,16%
15 a 30 Dias	42	27	248	-	92.388	92.705	1,05%
31 a 60 Dias	824	7	-	-	31.887	32.718	0,37%
61 a 90 Dias	-	-	127	-	10.733	10.860	0,12%
Ativos problemáticos inadimplidos							
Menor que 3 meses	410	31	23	-	38.671	39.135	0,27%
Igual ou maior que 3 e menor que 6 meses	16	-	50	-	24.116	24.182	0,27%
Igual ou maior que 6 e menor que 9 meses	207	7	35	-	17.961	18.210	0,21%
Igual ou maior que 9 e menor que 12 meses	59	15	-	13	14.349	14.436	0,16%
Igual ou maior que 12 meses		1			14.489	14.490	0,16%
Ativos problemáticos não inadimplidos							
Menor que 90 dias	372	15	-	-	19.590	19.977	0,23%
Total	4.698	1.490.309	6.766	205	7.317.407	8.819.385	100%

Notas Explicativas

Paraná Banco S.A
Demonstrações Financeiras
em 30 de junho de 2025

c. Créditos refinanciados e reestruturados

O estoque dos créditos refinanciados e reestruturados é composto pelas operações que se mantiveram ativas na carteira em cada data base. Os valores foram apurados considerando os critérios descritos na Resolução Bacen nº 4.966/2021 e 352/2023, que considera:

I - Instrumentos financeiros refinanciados

Refinanciados^(a)

30/06/2025

5.705.389

(a) O montante contempla as operações que não apresentam atrasos ou deterioração na situação do devedor.

II - Instrumentos financeiros reestruturados

Reestruturados^(b)

30/06/2025

5.791

(b) Renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração.

7 Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

a. Composição de perdas associadas ao risco de crédito:

Carteira	Situação	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total de operações	Perdas esperadas incorridas	Perdas esperadas adicionais	Total de perda esperada
C1	Ativos não problemáticos	1.952	1.682	3.634	-	(77)	(77)
C1	Ativos problemáticos não inadimplidos	-	-	-	-	-	-
C1	Ativos problemáticos inadimplidos	-	1.064	1.064	(143)	(68)	(211)
C2	Ativos não problemáticos	1.490.206	34	1.490.240	-	(20.864)	(20.864)
C2	Ativos problemáticos não inadimplidos	13	-	13	-	(04)	(04)
C2	Ativos problemáticos inadimplidos	-	55	55	(24)	(02)	(27)
C3	Ativos não problemáticos	2.978	3.680	6.658	-	(169)	(169)
C3	Ativos problemáticos não inadimplidos	-	-	-	-	-	-
C3	Ativos problemáticos inadimplidos	-	108	108	(68)	(04)	(72)
C4	Ativos não problemáticos	-	193	193	-	(04)	(04)
C4	Ativos problemáticos não inadimplidos	-	-	-	-	-	-
C4	Ativos problemáticos inadimplidos	-	13	13	(10)	(01)	(10)
C5	Ativos não problemáticos	7.052.039	136.193	7.188.232	-	(51.289)	(51.289)
C5	Ativos problemáticos não inadimplidos	4.669	-	4.669	-	(2.493)	(2.493)

Notas Explicativas

Paraná Banco S.A
Demonstrações Financeiras
em 30 de junho de 2025

C5	Ativos problemáticos inadimplidos	-	124.506	124.506	(74.581)	(11.552)	(86.133)
Total		8.566.857	252.528	8.819.385	(74.826)	(86.527)	(161.353)
Circulante		-	-	-	(74.826)	(45.849)	(120.675)
Não Circulante		-	-	-		(40.678)	(40.678)

b. Movimentação da provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa, conforme Resolução nº 4.966/2021 e Resolução nº 352/2023:

	30/06/2025 (6 meses)
Saldo inicial	126.599
Constituição (líquida de reversões)	110.747
Baixa	(75.993)
Saldo final	161.353
Recuperação de créditos baixados	22.258

8 Outros créditos

a. Diversos – Custo amortizado

	30/06/2025
Circulante	
Custos com operações de crédito portadas (a)	74.751
IRPJ e CSLL corrente	21.186
Devedores diversos - outras instituições (b)	15.106
Saldo negativo IRPJ/ CSLL - anos anteriores (e)	13.448
Alienação de participação – Wiz Holding (d)	11.838
Adiantamentos diversos (c)	7.061
Depósitos judiciais	7.947
IRRF sobre JCP	5.797
PIS e Cofins a compensar	2.426
Antecipação de créditos	1.196
Outros	2.894
Total	163.649
Circulante	34.307
Não circulante	129.342

- (a) Valor referente a ressarcimento de custos operacionais (RCO) e tarifas da câmara interbancária de pagamentos (CIP) pagos sobre operações de crédito portadas de outras financeiras, sendo reconhecido no resultado do período no decorrer do prazo da operação principal.
- (b) Refere-se substancialmente aos valores repassados a operadora de cartão parceira (Senff) dos saldos utilizados do produto do Cartão Rotativo, saldos de portabilidade, saldo disponibilizado em conta corrente e recebimentos diversos relacionados a outras instituições.
- (c) Refere-se a adiantamentos de comissões e antecipações salariais.
- (d) Referente à operação de alienação da Wiz Holding para a Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A., sendo duas parcelas pagas, uma em janeiro de 2023 no montante de R\$ 17.425 e outra em maio de 2025 no montante de R\$ 8.982. Restando duas parcelas fixas anuais a serem pagas em 2026 e 2027 no montante de R\$ 4.356 cada, corrigidas pela variação do CDI.
- (e) Refere-se a saldos negativos de imposto de renda e contribuição social (pagos a maior) de anos anteriores, objetos de pedido de restituição e atualizados pela variação da taxa Selic até a data de encerramento do balanço.

Notas Explicativas

Paraná Banco S.A
Demonstrações Financeiras
em 30 de junho de 2025

9 Investimentos e participações no País

	30/06/2025				
	Junto Holding Brasil S.A. (a)	Junto Holding Latam S.A. (b)	Paraná Corretagem de Seguros S.A. (c)	CIP S.A. (d)	
Informações sobre as empresas					
Número de quotas/ações do capital (em milhares)	417.143	60.281	10	26	
Patrimônio líquido	701.677	43.682	16.419	1.805.177	
Lucro líquido do semestre	57.589	28.660	12.750	311.635	
Informações sobre os investimentos					
Número de quotas/ações possuídas (em milhares)	210.657	30.442	6	13	
Percentual de participação	50,50%	50,50%	60%	0,0497%	
Valor da movimentação das contas					Total
Saldos iniciais	354.096	23.388	2.303	1.831	381.618
Dividendos referente ao período vigente	-	-	(102)	-	(102)
Ajuste de avaliação patrimonial	251	(1.329)	-	-	(1.078)
Resultado de equivalência patrimonial	29.083	14.473	7.650	-	51.206
Saldo das participações	383.430	36.533	9.851	1.831	431.644

- (a) Empresa holding dos investimentos nas controladas em conjunto indiretas Junto Resseguros S.A. e Junto Seguros S.A.
- (b) Junto Holding Latam S.A. é uma holding (controlada em conjunto) dos investimentos na América Latina constituída 04 de junho de 2014, que tem como controlada a entidade JMalucelli Travelers Seguros S.A.. No dia 13 de junho de 2024, a Junto Holding Latam S.A. assinou um contrato de venda da JMalucelli Travelers Seguros S.A. com uma parte não relacionada, a operação de venda foi concluída no montante de R\$ 73.138 em 11 abril de 2025.
- (c) Paraná Corretagem de Seguros S.A. participação adquirida em 8 de novembro de 2022, tem como objeto o direito de intermediar e explorar, com exclusividade, produtos de seguridade na rede de distribuição do Banco pelo prazo de 10 anos. Um Acordo de Acionistas rege a relação entre seus acionistas, o Banco possui 60% de suas ações e a Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. ("Wiz Co") titular de 40% das ações, todas ordinárias e sem valor nominal. A Paraná Corretagem de Seguros S.A. é uma controlada em conjunto pelo Banco e pela Wiz Co desde 8 de novembro de 2022.
- (d) NÚCLEA (CIP S.A.) em 01/08/2023, foram concluídas as autorizações necessárias (Banco Central e CVM) e cumpridas as condições precedentes para consumação da operação de Incorporação das ações da CRT4 pela Nuclea em 03/08/2023. Com a incorporação o Banco possui investimento de 0,0497% de suas ações junto a CIP S.A.

10 Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos

a. Depósitos – Custo amortizado

Composição por prazo de vencimento:

	À vista ^(a)	Interfinanceiros	A prazo ^{(b) (c)}
Vencimento	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025
Sem vencimento	5.184	-	-
Até 90 dias	-	106.475	846.966
De 91 a 360 dias	-	38.452	2.035.537
Acima de 360 dias	-	20.150	1.265.654
Total	5.184	165.077	4.148.157

- (a) Apresentadas como "sem vencimento", independentemente do giro normal dos depósitos.
- (b) Em 30 de junho de 2025, não houve saldo com garantia especial conforme Resolução nº 4.115 de 26 de julho de 2012.
- (c) No balanço patrimonial, a alocação por prazo de vencimento considerou, além do prazo contratual destacado acima, a possibilidade de liquidação imediata no montante total de R\$ 433.966.

Notas Explicativas

Paraná Banco S.A
Demonstrações Financeiras
em 30 de junho de 2025

Em 30 de junho de 2025 os montantes que estão na estrutura de hedge, segundo política do Banco, são: CDB R\$ 943.730, LF R\$ 3.499.427 e CDI R\$ 58.602.

b. Captações no mercado aberto – Custo amortizado

Referem-se a operações de recompras a liquidar, lastreadas em títulos públicos federais, conforme segue:

	LFT
Vencimento	30/06/2025
Até 90 dias	154.830
Total	154.830

c. Recursos de aceites e emissão de títulos – Custo amortizado

	Letra Financeira	Letra Financeira Subordinada	Letra Financeira Perpétua	Total Letras Financeiras
Vencimento	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025
Até 90 dias	1.223.311	-	-	1.223.311
De 91 a 360 dias	1.630.964	-	-	1.630.964
Acima de 360 dias	3.031.332	53.630	40.766	3.125.728
Total	5.885.607	53.630	40.766	5.980.003

11 Outras obrigações – Diversas

	30/06/2025
Circulante	
Provisão para pagamento a efetuar - Outras despesas administrativas	35.783
Credores diversos – País ^(a)	11.093
Provisão para contingências trabalhistas (Nota 12)	3.243
Provisão para contingências cíveis (Nota 12)	2.731
Provisão para contingências tributárias (Nota 12)	630
Provisão – tarifas	329
Total	53.810
Circulante	47.206
Não circulante	6.604

(a) Refere-se a valores repassados pelos convênios e pagos pelos clientes, referente a operações de empréstimos.

12 Provisões

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Notas Explicativas

Paraná Banco S.A
Demonstrações Financeiras
em 30 de junho de 2025

a. Composição das provisões

A Administração do Banco, com base em informações de seus assessores jurídicos, a respeito das demandas judiciais pendentes e quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	30/06/2025
Cíveis	2.731
Trabalhistas	3.243
Tributárias	630
Total	6.604

A administração estima que o desembolso financeiro referente às provisões registradas ocorrerá ao longo dos próximos meses, conforme evolução dos processos e decisões judiciais/administrativas cabíveis.

b. Movimentação das provisões

	2025				
	Saldos em 1º de janeiro	Constituição/ atualização monetária	Reversão	Pagamento	Saldos em 30 de junho
Cíveis	1.777	11.942	(1.792)	(9.197)	2.731
Trabalhistas	2.397	2.166	(800)	(519)	3.243
Tributárias	630				630
Total – Banco	4.804	14.108	(2.592)	(9.716)	6.604

O Banco possui processos cíveis classificados como risco de perda possível pela Administração e seus assessores jurídicos no montante de R\$ 7.118. Não possui processos trabalhistas classificados como risco de perda possível em 30 de junho de 2025. E, possui processos fiscais classificados como risco de perda possível pela Administração e seus assessores jurídicos no montante de R\$ 169.

O desfecho desses processos é incerto e depende de eventos futuros que não estão sob o controle do Banco. Devido a serem classificadas como possíveis, nenhuma provisão para tais processos foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

13 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	30/06/2025
Resultado antes da tributação sobre o lucro	84.925
Encargos do imposto de renda e da contribuição social às alíquotas vigentes ⁽ⁱ⁾	(38.216)
Exclusões (adições) permanentes ⁽ⁱⁱⁱ⁾	33.183
Participações em controladas	23.042
Juros sobre o capital próprio	24.300
Outras	(14.159)
Imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do período	(5.033)

Notas Explicativas

Paraná Banco S.A
Demonstrações Financeiras
em 30 de junho de 2025

- (i) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para imposto de renda e de 20% para a contribuição social para as empresas financeiras.
(ii) As adições e exclusões são compostas por: despesas ineditíveis como confraternizações, brindes e doações; provisões para operações de crédito em nível A-H, bem como prejuízos; outros passivos contingentes e operações de *hedge*.

b. Composição das contas de despesas com imposto de renda e contribuição social

30/06/2025

Impostos diferidos – Constituição/Reversão no período, sobre adições temporárias	20.072
Imposto de renda e contribuição social correntes	(25.105)
Total	(5.033)

c. Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

2025

Descrição	Saldos em 1º de janeiro	Constituição/ (realização)	Saldos em 30 de junho
Imposto de renda e contribuição social diferidos – ativo			
Sobre a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	88.875	35.151	124.026
Sobre a provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	2.406	572	2.979
Sobre ajuste de <i>hedge accounting</i>	(57.753)	49.009	(8.744)
Sobre prejuízo fiscal	84.381	(10.997)	73.384
Sobre títulos disponíveis para venda	14.511	2.545	17.056
Crédito efeitos Res. 4.966	-	6.174	6.174
Total	132.420	82.454	214.875

d. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de imposto de renda e contribuição social

A previsão de realização dos créditos tributários é de até 10 anos, fundamentada no estudo de recuperabilidade realizado com base no orçamento do Banco, levando em consideração a adequação da Lei nº 14.467 de 16/11/2022 e a Resolução nº 4.966 de 25/11/2021 para os períodos a partir de 01 de janeiro de 2025.

Período	Valor
Em 2025	63.000
Em 2026	24.125
Em 2027	(178)
Em 2028	41.778
Em 2029	25.719
Acima de 5 anos	60.431
Total de Créditos Tributários	214.875

A capacidade de consumo do crédito tributário decorre principalmente das movimentações das provisões e da geração de lucro tributável pelo Banco, os quais são ajustadas mensalmente para refletir as variações, considerando as expectativas de reversões, baixas e utilizações. Tendo em vista que a companhia apresentou

Notas Explicativas

Paraná Banco S.A
Demonstrações Financeiras
em 30 de junho de 2025

um lucro fiscal no 1º semestre de 2025 e pretende continuar apresentado lucro fiscal para o próximo semestre.

O valor presente dos créditos tributários, considerando a taxa média de captação, é de R\$ 170.023 em 30 de junho de 2025.

e. Créditos tributários não registrados

O Banco não possui créditos tributários não registrados em 30 de junho de 2025.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de junho de 2025 o valor do capital social do Banco é de R\$ 783.064, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 2.340.020.750 de ações ordinárias e 908.928.142 de ações preferenciais pertencentes a acionistas domiciliados no País todas sem valor nominal.

b. Ações em tesouraria

Em 11 de Fevereiro de 2025 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária e Assembleia Geral Especial de Titulares de ações Preferenciais para aprovação do cancelamento de 47.795.200 ações ordinárias e 505.372 ações preferenciais, totalizando um montante de R\$ 18.422.

c. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido, limitada a 20% do capital social.

Conforme disposições estatutárias, é destinada a manter integridade do patrimônio líquido do Banco, podendo ser convertida em capital social, observado o limite do capital autorizado, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações para reserva legal e dividendo mínimo obrigatório, não podendo ultrapassar o valor do capital social.

Conforme disposições estatutárias, o Conselho de Administração efetua a proposta de destinação do lucro líquido após a constituição da reserva legal e do pagamento do dividendo obrigatório mínimo, cuja proposta é levada à aprovação na Assembleia Geral Ordinária.

Em 30 de junho de 2025, o saldo das reservas de lucros era de R\$ 561.983, sendo R\$ 427.703 referente à reserva estatutária, R\$ 134.280 correspondente à reserva legal.

d. Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social do Banco determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício ajustado na forma da lei. No período não foram distribuídos dividendos, mas foram creditados juros sobre capital próprio, os quais foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme segue:

Notas Explicativas

Paraná Banco S.A
Demonstrações Financeiras
em 30 de junho de 2025

	2025
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios:	
Lucro líquido do semestre	79.892
(-) Reserva legal	(3.995)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	75.897
Dividendos mínimos obrigatórios	22.413
Total dividendos distribuídos	-
Juros sobre o capital próprio, líquido de impostos	45.900
Suficiência	23.487

Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis do Banco Central do Brasil, sendo o montante reconhecido no passivo, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados ou de reservas, para efeito de elaboração e publicação das informações trimestrais, consoante o artigo 14º da Resolução nº 4.872/2020, do Banco Central do Brasil.

	30/06/2025		
	Bruto	IRRF	Líquido
Juros sobre o Capital Próprio (1)	54.000	8.100	45.900
Total	54.000	8.100	45.900

- (1) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de junho de 2025 e pago em 31 de julho de 2025.

	31/12/2024		
	Bruto	IRRF	Líquido
Juros sobre o Capital Próprio (1)	50.000	7.500	42.500
Total	50.000	7.500	42.500

- (1) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de dezembro de 2024, sendo a primeira de 50% pago em 10 abril de 2025 e a segunda de 50% pago em 31 de julho de 2025.

e. Impactos da Resolução nº 4.966/2021

Para o exercício de 2024, o Banco efetuou o cálculo das perdas esperadas em conformidade com a Resolução nº 4.966/2021, obtendo, assim, os resultados decorrentes da adoção da norma, conforme demonstrado no quadro:

	Patrimônio Líquido
Patrimônio líquido em 31/12/2024	1.360.770
Ajuste na provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(13.720)
"Stop Accrual" - Diferença de 60 para 90 dias	1.666
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	-
Efeitos tributários	6.174
Patrimônio líquido em 01/01/2025	1.354.890

Notas Explicativas

Paraná Banco S.A
Demonstrações Financeiras
em 30 de junho de 2025

15 Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem transações com as empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas, com outras empresas do grupo e pessoas-chave na Administração.

Pessoas chave da Administração são definidas como aquelas que tem autoridade e responsabilidade de planejamento, direção e controle.

Descrição	30/06/2025		
	Direitos (Obrigações)	Patrimônio Líquido	Receitas (Despesas) 1º semestre
Depósitos à vista	(903)	-	-
Depósitos a prazo ^(a)	(355.785)	-	(16.474)
Letra financeiras ^(b)	(180.518)	-	(408)
Juros sobre capital próprio	-	(54.000)	-
Remuneração da Administração ^(b)	-	-	(3.439)
Serviços prestados	-	-	404
Serviços da tecnologia da informação ^(c)	-	-	(21.818)

(a) Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

(b) Refere-se à remuneração de pessoas-chave da Administração.

(c) Operações efetuadas a valores de mercado, prestação de serviços de tecnologia da informação.

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642, de 7 de outubro de 2010, da CVM e pela Resolução nº 3.750/2009 do BACEN.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

4UM Gestão de Recursos Ltda., 4UM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Junto Seguros S.A., Junto Resseguros S.A., Junto Holding Brasil S.A., Junto Holding Latam S.A., Junto Controle de Riscos Ltda., J Malucelli Administração e Participação e suas controladas não financeiras, destacando-se a Companhia Paranaense de Construção S.A., CPE Participações S.A., MLR Locações de Máquinas S.A., J Malucelli Equipamentos S.A., Forza J Malucelli Ltda., J Malucelli Serviços de Tecnologia Ltda., J Malucelli Futebol S.A., Porto de Cima Corretora de Seguros Ltda., Invest Bens Administradora de Bens, Ventus Holding de Energia Eólica Ltda., Porto de Cima Concessões S.A., Porto de Cima Incorporações Ltda., Travelers Brazil Acquisition LLC, CIP S.A., Fener Partners Ltda., Fener Capital Ltda. e a Paraná Corretagem de Seguros S.A.

16 Despesas de pessoal

	30/06/2025
Salários, PLR e bônus	(21.646)
Encargos Sociais	(10.449)
Benefícios dos funcionários	(6.187)
Total	(38.282)

Notas Explicativas

Paraná Banco S.A
Demonstrações Financeiras
em 30 de junho de 2025

17 Despesas tributárias

	30/06/2025
PIS e Cofins	(14.808)
Impostos e taxas	(1.549)
Total	(16.357)

18 Outras despesas administrativas

	30/06/2025
Serviços técnicos especializados ^(d)	(38.296)
Despesas com tarifas de convênios ^(b)	(25.631)
Processamento de dados	(23.639)
Comissões e corretagens ^(a)	(23.614)
Despesas com portabilidade	(16.630)
Despesas com depreciação	(3.498)
Despesas do sistema financeiro	(3.170)
Propaganda e publicidade	(2.768)
Despesas com amortização	(2.169)
Despesas com comunicação	(1.624)
Despesas com aluguel	(1.477)
Manutenção e conservação de bens	(1.192)
Despesas com transportes	(1.003)
Despesas com viagens	(449)
Serviços gráficos	(205)
Despesas com seguros	(84)
Promoções e relações públicas	(72)
Despesas com publicações	(68)
Material de expediente	(32)
Outras ^(c)	(3.212)
Total	(148.833)

(a) Despesas com comissões pagas aos correspondentes bancários - crédito consignado.

(b) Referem-se a pagamentos mensais efetuados às empresas de consignação que são as responsáveis por intermediar a carteira de empréstimos consignados.

(c) Referem-se a despesas diversas como água, energia elétrica, vigilância, copa e cozinha e despesas com cartórios.

(d) Refere-se a despesa com serviços de consultoria, honorários de serviços de *call-center*, auditoria externa e assessoria técnica.

19 Outras receitas e despesas operacionais

	30/06/2025
Outras receitas	
Ressarcimento de despesas RCO	25.351
Lucros na alienação de valores e bens	11
Outras	2.399
Total	27.599
	30/06/2025
Outras despesas	
Contingências cíveis, trabalhistas e tributárias	(11.453)
Outros	(3.236)
Total	(14.689)

20 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros em 30 de junho de 2025 referem-se aos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, divulgados na Nota Explicativa nº 5, as operações de crédito na Nota Explicativa nº 6 e os depósitos a prazo na Nota Explicativa nº 10.

As operações do Banco e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a. Risco de crédito

As políticas de crédito do Banco são fixadas pela Administração e visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A carteira de crédito do Banco está concentrada em crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS, bem como para servidores públicos federais, estaduais e municipais. Por natureza, estas operações apresentam um nível de risco de crédito controlado, dado que os próprios entes federativos são os responsáveis por realizar o desconto em folha de pagamento e repassar ao Banco. Tais dados podem ser verificados na baixa inadimplência global da carteira de crédito.

O Banco possui ainda, a provisão para perdas esperadas associadas a operações de crédito, em 30 de junho de 2025 no montante de R\$ 161.353, para fazer face ao risco de crédito.

b. Risco de taxa de juros e de liquidez

Os resultados do Banco estão suscetíveis a sofrer variações significativas decorrentes das operações contratadas a taxa de juros pós-fixada e prefixada.

A Administração gerencia o risco de taxa de juros e o risco de liquidez, por meio de sistemas que incluem VAR, relatórios de rentabilidade, de liquidez e outros relatórios gerenciais.

c. Risco de mercado

Parâmetros utilizados para o gerenciamento do risco de mercado

O Banco utiliza as seguintes metodologias para avaliar o risco de mercado, facilitando a análise e a percepção sobre o quadro de risco ao qual o Banco está exposto.

Posições

O valor de mercado das posições é segregado em “compradas” e “vendidas”.

Esses dois valores dão uma ideia do volume de negócios, mas, não necessariamente, uma visão real do risco. Limites de posição podem ser estabelecidos em função de um tipo de instrumento específico ou estratégia, para que sejam mantidos de acordo com os níveis desejados pelo Banco.

Sensibilidades

As sensibilidades demonstram o impacto da mudança de um determinado parâmetro de mercado sobre o valor da carteira do Banco. Portanto, elas são uma importante medida para o gerenciamento da exposição e da estrutura da carteira do Banco.

Para uma carteira de renda fixa, o efeito da alteração da estrutura a termo da taxa de juros por um ponto-base (0,01) é a principal medida de sensibilidade.

Value at Risk

Notas Explicativas

Paraná Banco S.A
Demonstrações Financeiras
em 30 de junho de 2025

O *Value at Risk* (valor em risco ou VaR) de uma carteira representa a máxima perda potencial esperada para um dado nível de confiança e por um determinado período de tempo (*holding period*), sob condições normais de mercado.

Para o VaR regulatório reportado localmente, por exemplo, o nível de confiança adotado é de 99% e 10 dias de *holding period*.

O modelo padrão adotado pelo Banco deve estar documentado e disponível na área de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez.

Net Interest Income (NII)

A exposição da carteira, *Banking*, é mensurada através da metodologia *Net Interest Income* (NII), que se caracteriza por ser uma metodologia de mensuração de margem financeira, utilizada para cálculo de exposição ao risco de taxas de juros dos títulos classificados na carteira de não negociação (*Banking*).

Essa metodologia consiste em:

1. Apurar a receita de juros dos ativos e as despesas de juros dos passivos num cenário base.
2. Apurar a receita de juros dos ativos e as despesas de juros dos passivos num cenário de stress.
3. Fazer uma análise comparativa.

O modelo padrão adotado pelo Banco deve estar documentado e disponível na área de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez.

Monitoramento e controle

O risco de mercado é monitorado e controlado por meio de sistema integrado aos sistemas legados, controlando as posições geradoras de risco.

Com base nesse sistema, são elaborados relatórios de monitoramento e controle destinados à Gerência e aos Comitês Executivo Sênior e de Riscos e Capital.

Os relatórios permitem um acompanhamento da exposição por determinada categoria de produtos, assim como a análise do comportamento da carteira quando exposta aos cenários de estresse.

Os procedimentos necessários para execução dos controles de risco estão documentados em manuais de procedimentos e são revisados com periodicidade mínima anual.

Para fins de efetuar essa análise, as operações do Banco são segregadas da seguinte forma:

Carteira de-trading - Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação de sua negociabilidade.

As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, à obtenção de benefício dos movimentos de preços efetivos ou esperados, ou à realização de arbitragens.

Carteira de-banking - Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas sem intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de não negociação.

Abaixo, segue a Exigência de Capital para as carteiras *trading* e *banking*:

Trading Book

30/06/2025

RWAjur1

25

- (1)
- Requerimento de capital para exposição sujeita à variação da taxa de juros prefixada denominada em Reais (Circular Bacen nº 3.634/2013).

Banking Book

30/06/2025

IRRBB– prefixado

(43.256)

IRRBB – IPCA

5.885

IRRBB– IGPM

(28)

IRRBB – CDI

84.651

IRRBB– Selic

(9.906)

A partir da Resolução BCB nº 48/2020, o Banco passou a adotar a metodologia de resultado de intermediação financeira (Δ NI), para calcular o risco das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária, que consiste em alocar os fluxos consolidados por indexadores em vértices específicos, limitado ao horizonte temporal de 1 (um) ano.

Maiores detalhes do cálculo estão referenciados no Art. 3º da Circular CMN nº 3.876/2018.

Os modelos adotados pelo Conglomerado estão documentados e disponíveis na área de Gestão Integrada de Riscos.

d. Posições de instrumentos financeiros e operações de hedge (Quadro de análise de sensibilidade)

O Banco realiza a análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante. Cabe ressaltar que os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário em uma posição estática da carteira.

Para mensurar essas sensibilidades, são utilizados os seguintes cenários:

Cenário I: Situação considerada provável pela Administração e que já está contemplada na valorização das operações constantes do balanço patrimonial, considera a aplicação de um ponto percentual, tanto de crescimento quanto de queda nos preços de moedas e no índice de taxa de juros.

No cenário aplicado sobre as posições de 30 de junho de 2025, para o cenário de juros, foi utilizada a taxa média DI Pré-Over de 15,0490 e 14,7510.

Cenário II: Considera a aplicação de, pelo menos, 25 pontos percentuais, tanto de crescimento quanto de queda, nos preços de moedas e índice de taxa de juros.

No cenário aplicado sobre as posições de 30 de junho de 2025, para o cenário de juros, foi utilizada a taxa média DI Pré-Over de 18,6250 e 11,1750.

Cenário III: Considera a aplicação de, pelo menos, 50 pontos percentuais, tanto de crescimento quanto de queda nos preços de moedas no índice de taxa de juros.

Notas Explicativas

Paraná Banco S.A
Demonstrações Financeiras
em 30 de junho de 2025

No cenário aplicado sobre as posições de 30 de junho de 2025, para o cenário de juros, foi utilizada a taxa média DI Pré-Over de 22,3500 e 7,4500.

Em 30 de junho de 2025

Cenário de alta na taxa DI

Operação	Risco de Variação em:	Valor-base	Cenário- base	Valorização		
				I	II	III
				1%	25%	50%
Aplicações interfinanceiras	Índice DI	200.193	14,90	298	7.457	14.914
Títulos e valores mobiliários	Índice DI	2.088.187	14,90	3.111	77.786	155.572
Depósitos a prazo	Índice DI	4.148.157	14,90	(6.181)	(154.519)	(309.038)
Depósitos interfinanceiros	Índice DI	165.077	14,90	(246)	(6.149)	(12.298)
Letras financeiras e LCI	Índice DI	5.980.003	14,90	(9.051)	(226.271)	(452.543)
Efeito líquido				(12.069)	(301.696)	(603.393)

Cenário de baixa na taxa DI

Operação	Risco de Variação em:	Valor-base	Cenário - base	Deterioração		
				I	II	III
				1%	25%	50%
Aplicações interfinanceiras	Índice DI	200.193	14,90	(298)	(7.457)	(14.914)
Títulos e valores mobiliários	Índice DI	2.088.187	14,90	(3.111)	(77.786)	(155.572)
Depósitos a prazo	Índice DI	4.148.157	14,90	6.181	154.519	309.038
Depósitos interfinanceiros	Índice DI	165.077	14,90	246	6.149	12.298
Letras financeiras e LCI	Índice DI	5.980.003	14,90	9.051	226.271	452.543
Efeito líquido				12.069	301.696	603.393

21 Outras informações

- (a) O Banco mensura o risco de crédito com base na abordagem padronizada. Até a data base de 30/06/2025, esta abordagem era estabelecida pelas Circulares Bacen n.º 3.644/2013 e n.º 3.809/2016. As exposições a risco de crédito são mensalmente calculadas obedecendo às determinações da orientação normativa. Cabe destacar que, além da carteira de créditos da Instituição, estão inseridos na parcela do capital regulamentar referente ao risco de crédito (RWACPAD) outros ativos financeiros como títulos e valores mobiliários, swaps e operações compromissadas.

O Paraná Banco S.A mantém patrimônio de referência compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, nos termos da Resolução Bacen nº 2.099/1994 e das normas posteriores. Em 30 de junho de 2025, o patrimônio de referência ajustado representava 14,89%, superior, portanto, ao mínimo de 10,5% estabelecido pela Resolução nº 4.955/2021 e Resolução nº 4.958/2021 do Conselho Monetário Nacional dos ativos ponderados por risco.

	30/06/2025
Patrimônio de Referência	883.825
Parcela de Ativos Ponderados pelo Risco de Crédito - RWAcpad	5.271.441
Parcela de Ativos Ponderados pelo Risco Operacional – RWAopad	663.608
Total de ativos ponderados pelo Risco (RWA total)	5.935.049
Índice de Basileia ^(a)	14,89%

Notas Explicativas

Paraná Banco S.A
Demonstrações Financeiras
em 30 de junho de 2025

(a) Número calculado gerencialmente.

Não havia avais e fianças concedidos pelo Banco no período findo em 30 de junho de 2025.

O Banco é patrocinador de um plano de aposentadoria complementar para os seus funcionários, que aderiram ao referido plano, na modalidade de contribuição definida, no regime financeiro de capitalização, o qual foi instituído em dezembro de 2004. O Banco é responsável por custear somente as despesas administrativas e os custos relativos ao prêmio de seguro de benefícios de morte e invalidez dos participantes. As contribuições, no período findo em 30 de junho de 2025, totalizaram R\$ 29 no Banco e as contribuições relativas às acumulações das obrigações do plano são inteiramente custeadas pelos participantes.

22 Eventos Subsequentes

Em Julho foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração a 10ª emissão de Letra Financeira. A operação obteve a distribuição de R\$ 600.000, o processo de book Building foi realizado em 11 de agosto de 2025, com uma demanda de R\$ 1.700.000. A emissão e a liquidação financeira ocorreram em 14 de agosto de 2025.

Em 31 de julho o Banco efetuou o pagamento da segunda parcela no montante de R\$ 25.000 referente ao ano de 2024 e o montante de R\$ 54.000 referente ao ano de 2025 a título de juros sobre capital próprio. Nessa mesma data, o Banco emitiu 209 letras financeiras para fins de composição de capital complementar do patrimônio de referência do emissor, no montante de R\$ 62.700.

Notas Explicativas

Paraná Banco S.A
Demonstrações Financeiras
em 30 de junho de 2025

* * *

Diretoria

Cristiano Malucelli – Diretor Presidente e Diretor de Tecnologia
André Luiz Malucelli – Diretor de Investimentos
Osvaldo Bruno Brasil Cavalcante – Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores
Marcelo Martins de Paula – Diretor de Clientes e Diretor de Marketing
Varley Antonio Sarzi – Diretor de Negócios e Canais
Alcimara Luiza da Silva – Diretora de Produtos

Comitê de auditoria

Paulo José Arakaki – Membro Coordenador do Comitê
Alberto Spilborghs Neto – Membro do Comitê
Mauricio Alvarez da Silva – Membro do Comitê
Rafael Coelho Santa Rita Pereira – Membro do Comitê

Contador responsável

Hilário Mário Walesko – Controller
CRC-PR 29.585/O-9

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas do Paraná Banco S.A

Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Paraná Banco S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Paraná Banco S.A. em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2.a às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referente ao período de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução 4.966/21 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352/23 do Banco Central do Brasil (BACEN). Nossa opinião não contém ressalvas relacionada a este assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.g e nº 6, para fins de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o Banco poderá classificar suas operações de crédito em até 5 níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações e classificação como ativo problemático, tais como atraso, situação econômico-financeira, grau de endividamento e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 4.966 e Resolução BCB 352. O Banco aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pelas referidas Resoluções, de acordo com a carteira no qual está classificada, para a aplicação do cálculo da provisão. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito registrada representa a melhor estimativa do Banco. Devido à relevância das operações de crédito e relevância da estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a:

- Teste de integridade e precisão, por amostragem, da base analítica da carteira de crédito para os dados relevantes utilizados para o cálculo da Resolução CMN nº 4.966 e Resolução BCB 352.
- Recálculo aritmético da apuração da provisão com base nos critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966 e Resolução BCB 352 relacionados a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e a respectiva conciliação; e
- Avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras em relação ao atendimento aos requerimentos das normas contábeis aplicáveis e se consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da provisão

para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e as respectivas divulgações efetuadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

Provisões técnicas de seguros e resseguros registradas em empresas controladas em conjunto, mensuradas pelo método de equivalência patrimonial

Conforme mencionado na nota explicativa 3.a, o Banco detém participações societárias indiretas em empresas controladas em conjunto do segmento de Seguros e Resseguros. Essas controladas em conjunto possuem passivos relacionados a contratos de seguros e resseguros denominados “Provisões Técnicas”. O reconhecimento da Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR e o teste de adequação de passivos requerem julgamento por parte das investidas na determinação de metodologias e premissas chaves que incluem, entre outras, experiência histórica de sinistros, fluxos de pagamentos e taxas de desconto. Devido à relevância do investimento e resultado dessas investidas, ao nível de julgamento envolvido na determinação das metodologias e o impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo da “Provisão de Sinistros Ocorridos e não avisados – IBNR” e do teste de adequação de passivos e, conseqüentemente, o impacto na equivalência patrimonial reconhecida nas demonstrações financeiras do Banco, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Planejamento e comunicação do escopo de nossos trabalhos, discussão dos riscos de distorção relevante e envio das instruções aos auditores das controladas em conjunto;
 - Com o suporte do auditor do componente, foram realizadas as avaliações das evidências de auditoria obtidas e a documentação dos especialistas atuariais envolvidos na auditoria das controladas em conjunto; e
 - Reuniões periódicas e análise das comunicações e dos relatórios enviados pelo auditor das controladas em conjunto, bem como os procedimentos realizados e as conclusões obtidas, especificamente a determinação da materialidade, o efeito de distorções não corrigidas e procedimentos de auditoria executados para responder aos riscos.
- Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração das provisões técnicas nas controladas em conjunto e, conseqüentemente, o impacto das provisões técnicas reconhecido por equivalência patrimonial no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, mas não exigida pelas normas expedidas pelo Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco e suas controladas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 14 de agosto de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Almir Eduardo Bertoncello
Contador CRC PR-052082/O

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

PARANÁ BANCO S.A.
C.N.P.J./M.F. n.º: 14.388.334/0001-99
NIRE: 41.300.002.169

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA RELATIVO AO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025

Aos Membros do Conselho de Administração do Paraná Banco S.A.

O Comitê de Auditoria ("Comitê") do Paraná Banco S.A., ("Banco"), é um órgão estatutário subordinado ao Conselho de Administração ("Conselho"), instituído em 14 de novembro de 2012, e cujo funcionamento obedece a seu regimento interno.

O Comitê foi instituído em linha com as políticas de governança corporativa adotadas pelo Banco e em obediência e consonância com os preceitos e normas instituídos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) – Resolução CMN 4.910/2021. O Comitê é composto por membros independentes eleitos pelo seu Conselho e que atendem integralmente aos requisitos estabelecidos pelo CMN, tendo suas indicações sido homologadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Compete ao Comitê de Auditoria apoiar o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pelo Bacen, é da administração do Banco. Também é de sua responsabilidade, o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações, a implementação e supervisão das atividades de controle interno e de conformidade (compliance) com a legislação e a regulamentação que regem a sua atividade.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e nas suas próprias análises, decorrentes de seu trabalho, ao longo do semestre findo em 30 de junho de 2025.

Principais Atividades do Comitê

O Comitê atua através da realização de reuniões periódicas, na sede do Banco ou por vídeo conferência, com representantes designados pela Administração para prestar informações e responder aos questionamentos formulados. O Comitê acompanha e revisa, à distância, os documentos e informações a ele submetidos.

As atividades do Comitê, no semestre findo em 30 de junho de 2025, até esta data, incluíram:

- a) Reuniões com os executivos das áreas de Contabilidade, Controladoria, Financeiro e Investimentos, Compliance e Controles Internos, Canal de denúncias, Ouvidoria, Relações com Investidores (RI), Tecnologia da Informação (TI) e áreas operacionais bem como com as profissionais responsáveis pela Auditoria Interna, e com os Auditores Independentes.
- b) Acompanhamento das atividades executadas pela Administração relacionadas à avaliação e gerenciamento de riscos e gestão do sistema de controles internos, ao cumprimento de normas, externas e internas, do Banco.
- c) Avaliação das demonstrações financeiras e discussão com a Administração do Banco e com seus Auditores Independentes, sobre as práticas contábeis relevantes adotadas, as informações divulgadas, o tratamento das questões contábeis críticas, os controles internos, e o cumprimento das normas legais e regulamentares mais relevantes.
- d) Análise dos relatórios dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras do Banco, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

O Comitê realizou, ainda, reuniões com o Diretor-Presidente, membros da Diretoria Executiva e membros do Conselho de Administração do Banco.

O Comitê mantém com os auditores independentes e com a auditoria interna canais regulares de comunicação. O Comitê inteirou-se dos seus planos de trabalho, e acompanha os trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avalia a aderência dos auditores independentes e da auditoria interna às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade, e independência com que essas atividades são exercidas.

O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, e apoiado no relatório dos auditores independentes da KPMG Auditores Independentes, entende que, as demonstrações financeiras, do semestre findo em 30 de junho de 2025, encontram-se em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração.

O Comitê informa ainda que, no período abrangido por esse relatório, não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração, ou fraude que, por sua relevância, colocasse em risco a continuidade do Paraná Banco ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Curitiba, 14 de agosto de 2025.

Paulo José Arakaki

Membro Coordenador do Comitê

Mauricio Alvarez da Silva
Membro do Comitê

Rafael Coelho Santa Rita Pereira
Membro do Comitê

Alberto Spilborghs Neto
Membro do Comitê

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

PARANÁ BANCO S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
C.N.P.J./M.F. n.º: 14.388.334/0001-99
NIRE: 41.300.002.169

Declaração dos Diretores

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores do Paraná Banco S.A., sociedade por ações de capital aberto, inscrita no CNPJ 14.388.334/0001-99, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente as informações financeiras do Paraná Banco S.A., referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as informações financeiras do Paraná Banco S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

Curitiba, 14 de agosto de 2025.

Cristiano Malucelli
Diretor Presidente e Diretor de Tecnologia

André Luiz Malucelli
Diretor de Investimentos

Osvaldo Bruno Brasil Cavalcante
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Marcelo Martins de Paula
Diretor de Clientes e Diretor de Marketing

Varley Antonio Sarzi
Diretor de Negócios e Canais

Alcimara Luiza da Silva
Diretora de Produtos

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

PARANÁ BANCO S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
C.N.P.J./M.F. n.º: 14.388.334/0001-99
NIRE: 41.300.002.169

Declaração dos Diretores

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores do Paraná Banco S.A., sociedade por ações de capital aberto, inscrita no CNPJ 14.388.334/0001-99, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente as informações financeiras do Paraná Banco S.A., referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as informações financeiras do Paraná Banco S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

Curitiba, 14 de agosto de 2025.

Cristiano Malucelli
Diretor Presidente e Diretor de Tecnologia

André Luiz Malucelli
Diretor de Investimentos

Osvaldo Bruno Brasil Cavalcante
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Marcelo Martins de Paula
Diretor de Clientes e Diretor de Marketing

Varley Antonio Sarzi
Diretor de Negócios e Canais

Alcimara Luiza da Silva
Diretora de Produtos